

CONHECIMENTO GRAMATICAL E DESEMPENHO LINGÜÍSTICO

Soely Bettles

Resumo

Este artigo, além de ser realizado com a finalidade de aprofundar conhecimentos sobre o assunto, tem como objetivo expor alguns conceitos de gramática, como ponto de vista normativo ou descritivo. Essa duplicidade de definições e de campos de abrangência tem sido o principal motivo das posições pedagógicas antagônicas “a favor” ou “contra” o ensino da gramática nas escolas, resultando em prejuízo do ensino e do aluno (cidadão). Como os próprios gramáticos e os autores de livros didáticos de língua materna muitas vezes não levam em conta esta dicotomia de enfoques da questão da gramática, os objetivos do ensino da língua materna não são integralmente atingidos. O estado precário da gramática descritiva tradicional só tem contribuído para agravar a polêmica questão, precisando a necessidade de se nortear a gramática descritiva pelos avanços da Lingüística. Diante dos objetivos específicos do ensino da língua materna em cada um dos três graus, o ensino da gramática normativa é necessário no Ensino Fundamental e Médio, e complementar no Ensino Superior. O estudo da gramática descritiva é objeto específico nos cursos de Letras, principalmente.

Palavras-chave: gramática, ensino, língua materna.

Abstract

This article, besides being done with the aim to profound the knowledge about the topic, has as objective to present some concepts of grammar, according to normative or descriptive point of view. This duplicity of definitions and fields of envelopment has been the main reason of the pedagogical positions that disagree among them, “in behalf of” or “against” the teaching of grammar at schools, bringing damage to the teaching and to the student (citizen). As the grammarian and writers of the pedagogical books of

the mother tongue many time they don't consider this dichotomy of view of the grammar, the aims of the mother tongue teaching aren't wholly obtained. The precarious way of the descriptive traditional grammar only has contributed to make worse the controverted topic, showing the need to follow the descriptive grammar by the advancement of the Linguistics. Observing the specific aims of the mother tongue in each of the three levels, the normative grammar teaching is necessary in Elementary School and in High school, and complementary at the University. The study of the descriptive grammar is the main topic of the Letters Course.

Key words: grammar, teaching, mother tongue.

I - INTRODUÇÃO

2.1. Os gramáticos – a gramática – a norma culta padrão

Os gramáticos, tanto os que promovem a descrição científica da língua, quanto os que levantam as normas do melhor uso desse código, não passam, na verdade, de meros espectadores da linguagem. O esforço dos gramáticos em zelar pela “boa” linguagem é mais ou menos inócua para a maioria dos cidadãos de país. Os gramáticos são merecidamente muito respeitados pelo povo, e as suas obras costumam receber uma veneração quase comparável à que se presta às escrituras sagradas. Costumamos adotar uma atitude de prudência e de respeito diante do desconhecido. E os gramáticos, querendo ou não, causam essa sensação do desconhecido no povo.

Podemos aceitar ou não aceitar, mas não ignorar que no chamado mundo ocidental e cristão, a instituição escolar tem sido braço do Estado e da Igreja.

Bordieu e Passeron utilizam os verbos *conservar*, *inculcar*, *consagrar*, a fim de caracterizar a função objetiva da escola que é “ensinar o português padrão”, e assim procede quando se pensa na questão ensino de língua materna. Padrão exigido e idealizado, se não é uma “violência simbólica” para todos que a ela chegam, e isso varia, é certo, de sociedade para sociedade, segundo Mattos e Silva (1997), é violência para a maioria e assim tem sido ao longo da História. E a ação de muitos professores colabora, muitas vezes, reforçando essa sensação, infelizmente desde os primeiros graus de escolaridade. Dessa forma, é comum ouvir muita gente falar que “não sabe” português, ou que “o português é uma das línguas mais difíceis do mundo, ou a mais difícil de todas”. Entretanto, antes da idade escolar, qualquer criança já sabe falar suficientemente bem a linguagem do meio social em que vive.

Para Possenti (1996), (...) a tese de que não se deve ensinar ou exigir o domínio do dialeto padrão dos alunos que conhecem e usam dialetos não padrões, baseia-se em parte no preconceito segundo o qual seria difícil aprender o padrão. Isto é falso, tanto do ponto de vista da capacidade dos falantes quanto do grau de complexidade de um dialeto padrão. As razões pelas quais não se aprende, ou se aprende mas não se usa um dialeto padrão, são de outra ordem, e têm a ver em grande parte com os valores sociais dominantes e um pouco com estratégias escolares discutíveis. (...) Considero que o problema do ensino do padrão só se põe de forma grave quando se trata do ensino do padrão a quem não o fala usualmente, isto é, a questão é particularmente grave em especial para alunos das classes populares, por mais que também haja alguns problemas decorrentes das diferenças entre fala e escrita, qualquer que seja o dialeto, mas mais de tipo textual do que de tipo gramatical, provavelmente.

Qualquer pessoa, principalmente crianças, aprendem com grande velocidade outras formas de falar, sejam elas outros dialetos ou outras línguas, desde que expostas a elas de forma consistente. Se a escola pretende que os alunos, aos 15 anos de idade e 8 anos de escola, escrevam, sem traumas e com desenvoltura, diferentes tipos de textos (narrativos, argumentativos, informativos, atas, cartas de vários tipos etc.), uma das medidas é partir para atividades de leitura e escrita, pois ler e escrever são tarefas exclusivas e privilegiadas de sala de aula, não atividades extraclasses.

A língua não pertence aos gramáticos, nem ao governo. Nem este nem aqueles podem fixar leis ou normas para a língua. O governo apenas estabelece leis para a grafia da língua, com base em critérios nem sempre científicos. A isto chamamos ortografia, que nada mais é que uma grafia legal, oficial, necessária para padronizar o código derivado da linguagem. Já os gramáticos procuram ser os guardiões do emprego da linguagem, para que nenhum cidadão passe ridícu-

lo em certas situações em que fica melhor a modalidade culta ou a coloquial da língua. O verdadeiro dono da língua é o povo que a fala. A sociedade humana evolui, modificando sem parar seus elementos culturais. A língua reflete a cultura e, por essa razão, também se modifica constantemente. Os gramáticos, portanto, devem ficar atentos a essa evolução, para não correrem o risco de, em suas gramáticas, estarem apresentando normas de bem falar e escrever à língua de antigamente.

Observemos alguns posicionamentos a respeito do conhecimento gramatical teórico e sua relação com o desempenho da linguagem.

A gramática não é a língua. (Rui Barbosa, 1928)

O ensino da gramática pela gramática pouco vale. (Azevedo Filho, 1969)

Diferem profundamente o domínio da língua e o domínio da gramática. Nenhum deles implica no outro. (Mattos; Back, 1977)

Divórcio entre ensino de português e o ensino de gramática. (Soares, 1979)

Se o domínio da gramática equivallesse ao domínio da língua, teríamos nos gramáticos os nossos melhores escritores. E basta citar Henrique Pongetti (Direito e Aveso, p.94), sem mais uma palavra sobre eles: “Os maiores chatos da língua brasileira escrita continuam sendo os gramáticos quando fazem literatura ou jornalismo. Os melhores escritores nossos são aqueles que rasgam a gramática depois de decorá-la e passam a redigir de ouvido, sem esquecer como se redige de vista. Nós falamos o brasileiro e escrevemos o português. Há entre as duas formas o Atlântico, as caravelas de Colombo e a gramática de Pero Vaz de Caminha. Os surdos, os que, andando nomeio do povo, não podem aprender o vocabulário e a gramática do dia, escrevem para os mortos, para Cabral e sua equipagem.” (Idem, ibidem)

Estamos assumindo aqui (...) uma posição contrária ao ensino da teoria gramatical (isto é, o domínio da teoria gramatical NÃO deve ser objetivo do ensino de português) por dois motivos. Primeiro, porque é possível dominar uma língua sem conhecer um pinga sequer da teoria gramatical. Segundo, porque a teoria que corre por aí é incompleta (não dá conta da língua portuguesa como um todo); é absurda a (os coitados de nossos alunos têm de aprender, por exemplo, que o sujeito é elemento essencial da oração; logo adiante, porém, essencial já não significa mais essen-

cial, há orações sem sujeito...) é confusa (os conceitos são inadequados). (Faraco, in Geraldí, 1984)

(...) a lingüística ainda não conseguiu construir-se definitivamente, desdobrando-se em diversas lingüísticas que discutem seu objeto, suas tarefas e metodologias. Apresentadas ora paralela, ora conflitivamente, a verdade é que as teorias lingüísticas ainda não chegaram a consolidar um corpo de doutrina capaz de permitir uma descrição funcional-integral do saber elocucional, do saber idiomático e saber 'expressivo'. (Bechara, 1986)

Os professores formados pelos preceitos pedagógicos tradicionais continuam desconhecendo o que são objetivos do ensino e qual é diferença entre domínio da língua e domínio da gramática. Muitos continuam convencidos de que saber gramática é saber português. Por esta razão suas aulas se resumem ao ensino de gramática: definições, regras e muita análise sintática e morfológica. (...) Tudo isso é fácil comprovar; basta citar a perplexidade dos professores, quando recebem recomendações de que não mais ensinam gramática teórica: não sabem mais o que devem fazer em sala de aula. (Back, 1987)

O que se observa, é que quase todos concordam em um ponto, embora nem sempre fique claro o que cada um queira dizer com "domínio da gramática": o domínio da língua não decorre do conhecimento gramatical "teórico". E os que dominam a língua, freqüentemente desconhecem a "gramática teórica".

2.2. É preciso conhecer a gramática para falar e escrever bem uma língua?

Na opinião de Bagno (2000) é difícil encontrar alguém que não concorde com a pergunta acima. Ela vive na ponta da língua da grande maioria dos professores de português e está formulada em muitos compêndios gramaticais, como na *Gramática* de Cipro e Infante, cujas primeiríssimas palavras são: *A Gramática é instrumento fundamental para o domínio do padrão culto da língua.*

É muito comum, também, os pais de alunos cobrem dos professores o ensino dos "pontos" de gramática tais como eles próprios os aprenderam em seu tempo de escola. E não faltam casos de pais que protestam veemente contra professores e escolas que, tentando adotar uma prática de ensino da língua menos conservadora, não seguem rigorosamente "o que está nas gramáticas".

Perini (1997), em *Sofrendo a gramática*, chama a atenção para a "propaganda enganosa" contida no mito de que é preciso ensinar gramática para aprimorar o desempenho lingüístico dos alunos: *Quando justificamos o ensino de gramática dizendo que é para que os alunos venham a escrever (ou ler, ou falar) melhor, estamos prometendo uma*

mercadoria que não podemos entregar. Os alunos percebem isso com bastante clareza, embora talvez não o possam explicitar, e esse é um dos fatores do descrédito da disciplina entre eles.

E Possenti (1997), lembra-nos que as primeiras gramáticas do Ocidente, as gregas, só foram elaboradas no século II a.C., mas que muito antes disso já existira na Grécia uma literatura ampla e diversificada, que exerce influência até hoje em toda a cultura ocidental. A *Ilíada* e a *Odisséia* já eram conhecidas no século VI a.C., Platão escreveu seus fascinantes *Diálogos* entre os séculos V e IV a.C., na mesma época do grande dramaturgo Ésquilo, verdadeiro criador da tragédia grega. Que gramática eles consultaram? Nenhuma. Como puderam então escrever e falar bem sua língua?

O que aconteceu, ao longo do tempo, foi uma *inversão* da realidade histórica. As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como "regras" e "padrões" as manifestações lingüísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados. Ou seja, a *gramática normativa é decorrência da língua*, é subordinada a ela, dependente dela. Como a gramática, porém, passou a ser um *instrumento de poder e de controle*, surgiu essa concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática, como se ela fosse uma espécie de fonte mística invisível da qual emana a língua "bonita", "correta" e "pura". A língua passou a ser subordinada e dependente da gramática. O que não está na gramática normativa "não é português".

O resultado dessa inversão dos fatos históricos é visível, por exemplo, na *Gramática* de Cipro e Infante:

A Gramática normativa estabelece a norma culta, ou seja, o padrão lingüístico que socialmente é considerado modelar [...] As línguas que têm forma escrita, como é o caso do português, necessitam da Gramática normativa para que se garanta a existência de um padrão lingüístico uniforme [...].

Pode alguém jogar bem xadrez sem saber as principais regras do jogo de xadrez? Não. Pode alguém jogar bem futebol sem saber as regras fundamentais do jogo de futebol? É evidente que não. E da mesma forma, pode alguém falar bem uma língua sem conhecer as regras da linguagem? É claro que não pode. Entretanto, pode-se jogar bem xadrez sem conhecer a história do xadrez, ou sem saber qual o tamanho exato de cada quadrinho do tabuleiro. Pode-se jogar bem futebol sem saber a que espécie botânica pertence a grama que reveste a área do campo ou sem saber qual foi o país campeão em cada copa mundial. Do mesmo modo, pode uma pessoa falar bem uma língua sem saber a definição de pronome ou o que seria uma "oração subordinada substantiva subjetiva". **Para falar e escrever bem, não é necessário de modo nenhum saber gramática descritiva**, concluímos. **Mas é necessário conhecer as "regras do jogo",**

isto é, é preciso saber aplicar as normas da língua. Ao conjunto dessas normas, dá-se o nome de gramática normativa.

Entretanto, não devemos confundir **conhecer** as normas com **praticar** as normas. Alguém pode decorar um manual de boas maneiras e comportar-se grosseiramente em sociedade. Alguém pode conhecer as normas gramaticais e passar por ridículo em seu meio social não as tendo em prática.

Portanto, o professor que não pratica com seus alunos do 1º e 2º graus, atualmente, ensino Fundamental e Médio, a gramática **normativa**, estará fugindo a uma obrigação específica de sua competência. O professor não pode desconhecer a dualidade essencial da gramática. Na verdade, o aluno aperfeiçoa a linguagem com todos os professores de todas as disciplinas e em todas as leituras e todos os estudos, e também fora das situações formais “educativas”, como, por exemplo, na igreja, na televisão, na leitura de jornais, etc. Mas as normas da língua e seu domínio prático ele aperfeiçoa especificamente com o professor de língua. O professor de língua materna tem um papel muito importante na formação cultural de seus alunos sob diversos aspectos, principalmente no que diz respeito à sua cosmovisão e à sua auto-expressão. Mas ele não pode falhar com esse item do conhecimento lingüístico entregue à sua responsabilidade. Se ele não se conscientizar disso, com justiça será apontado pela sociedade como o principal culpado pelo baixo grau de domínio da língua da juventude atual.

Evanildo Bechara (1986), em seu livro *Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade?*, alerta-nos com muita seriedade sobre esta questão:

(...) não se fazendo as distinções necessárias entre gramática geral, gramática descritiva e gramática normativa a atenção do professor se volta para os dois primeiros tipos de gramática, desprezando justamente a gramática normativa, que deveria ser o objeto central de sua preocupação e, em consequência, despreza toda uma série de atividades que permitiriam levar o educando à educação lingüística necessária ao uso efetivo do seu potencial idiomático. (Bechara, 1986)

Quanto à gramática **descritiva**, é desculpa dizer que seu ensino no 1º e 2º graus é pura perda de tempo. Observemos a opinião de um gramático sobre o assunto:

O ensino de qualquer teoria gramatical, tradicional ou moderna, com termos oficiais ou não, consome naturalmente largas fatias de tempo, prejuízo irreversível para professores e alunos: um tempo precioso, que devia ser ganho na prática da língua, é malbaratado em definições e classificações discutíveis, análises canhestras e superadas, exercícios gramaticais sem objetivo, etc. (Luft, 1985)

Um dos nossos maiores conhecedores da língua portuguesa, o filólogo Dr. Francisco da Silveira Bueno, já há

muito tempo alertou os professores desavisados, referindo-se à análise sintática, muitas vezes usada equivocadamente como principal instrumento de ensino da língua: *A análise sintática tem sido a ruína do aprendizado idiomático.* (Bueno, 1967).

Esse problema não é exclusivo do Brasil. Na França, autores nascidos no século passado já levantavam a questão:

A gramática é objecto de uma repulsa universal. As crianças só contrariadas e desgostosas a estudam. Não encontram nela qualquer espécie de interesse. (Cabus, apud Freinet, 1978)

É preciso levar a sério essas considerações, principalmente pelo seguinte motivo: se a nossa gramática descritiva tradicional fosse realmente científica, isto é, descrição ordenada, uniforme e coerente dos fatos da língua, assim mesmo, o seu ensino no 1º e 2º Graus seria inútil, por não atingir os objetivos deste ensino; seria não apenas perda de tempo, mas um fator de desânimo e desgosto pelo estudo da língua. Imaginemos, então, o que é ensinar no primeiro e segundo graus a gramática descritiva no estado caótico em que se encontra. Qualquer pessoa de bom senso vê que é uma atitude absurda e alienada. E seria apenas isto, se a educação e o ensino não determinassem tamanhas conseqüências na formação dos (futuros) cidadãos. Na verdade, é um grande ato de responsabilidade e até um crime, na expressão de Faraco:

É um crime, portanto, encher a cabeça de nossos alunos com algo inútil (o conhecimento da teoria não contribui significativamente para o domínio da língua), confuso, incompleto e absurdo. (Faraco, in Gerald, 1984).

2.3. Gramática Descritiva, Normativa, Tradicional: definições enfoques lingüísticos

A gramática tradicional é um misto de descrição da língua e de normas de bem falar e escrever. Naturalmente, o objeto do estudo é o mesmo: a língua. Mas o fato de ser a gramática simultaneamente descrição teórica e normas de bem falar e escrever – tem gerado no ensino uma grande confusão e, conseqüentemente, posicionamentos antagônicos entre os professores: os adeptos do “gramaticismo” e os adeptos do “antigramaticismo”. Os primeiros identificam-se com a idéia expressa como prólogo da *Gramática Básica da Língua Portuguesa*, de Leodegário Amarante de Azevedo Filho:

Sem a base que se encontra nesta Gramática, ninguém poderá dizer que domina a Língua Portuguesa. (Azevedo Filho, 1969)

Os segundos, identificam-se com a afirmação encontrada no livro *Língua e Liberdade*, de Celso Prdro Luft:

Não é exagero dizer, talvez chocando a muitos, que, ensinar gramática em sala de aula é inútil, se não prejudicial, dados os métodos com que isso vem sendo feito. (Luft, 1985)

ou com esta, do livro *O Texto na Sala de Aula: Leitura e Produção*, no texto de Carlos Alberto Faraco:

(...) é possível dominar uma língua sem conhecer um pingo sequer da teoria gramatical. (Faraco, in Geraldí, 1984)

E o incrível, é que todos têm sua razão, dependendo do ponto de vista sob o qual entendam o que seja gramática.

A maioria dos estudiosos atuais que examinam a gramática tradicional sob a luz dos avanços científicos da Linguística não duvidam em apontar suas falhas na parte descritiva. De fato, a gramática tradicional não resiste a um exame rigoroso de qualquer pesquisador honesto que olhe com critérios científicos e isenção de ânimo. Alguns chegam a pontos extremos, censurando a gramática tradicional na sua totalidade como algo inútil, confuso, incompleto e absurdo, afirmando que ela jamais deve ser um dos objetivos do ensino de português, considerando criminoso o seu ensino. Outros já distinguem, mais prudentemente, apenas certos aspectos da gramática como indefensáveis. Por exemplo, apontam falhas nas definições ou classificações e, principalmente, na parte da sintaxe, isto é, na sua parte descritiva. Vale a pena considerar as palavras da Dra. Amini Boainain Haüy, quando afirma, após demonstrar fundamentadamente, *longum et late*:

Assim é que a teoria gramatical do Português, descrição ordenada, uniforme e coerente dos fatos da língua, que deveria ser, revela-se, no campo da sintaxe como um amontoado de lições divergentes, contraditórias e omissas (...). (Haüy, 1983)

A definição de gramática é um ponto muito importante e delicado, que poderá depender toda a linha didática que vai determinar o sucesso do ensino da língua de um país, ou o seu fracasso. Alguns compêndios gramaticais não chegam a definir o objeto de que tratam. Outros apresentam uma definição que não abarca todo o conteúdo ali exposto. Sem elucidar nitidamente esta questão, não se poderá discutir sobre o ensino da gramática nas escolas de ensino fundamental, médio e superior.

Atentemos para algumas definições de nossas gramáticas, antigas e novas.

Gramática (...) é um modo certo e justo de falar e escrever, colheito ao uso e autoridade dos barões doutos. (Barros, 1540)

Gramática é a sistematização dos da linguagem. (Peireira, 1955)

Gramática é a arte de falar certo e justo, segundo o uso dos doutos e história da língua. (Sousa, 1957)

Gramática é a disciplina que, examinando os fatos da linguagem segundo o uso da classe culta, deles extrai normas. (Nascentes, 1965)

Gramática é o estudo dos elementos constitutivos de uma língua. (Torres, 1967)

Gramática é o estudo das normas da língua culta ou padrão. (Azevedo, 1969)

Gramática é o conjunto das regras, observadas em um ou mais idiomas, relativas aos sons ou fonemas, às formas dos vocábulos e à combinação destes em proposições. (Ali, 1969)

A história, o registro e sistematização dos fatos de uma língua constituem a matéria da Gramática. (Cegalla, 1977)

Cabe à Gramática registrar os fatos da língua geral ou padrão, estabelecendo os preceitos de como se fala e escreve bem ou de como se pode falar ou escrever bem uma língua. (Bechara, 1980)

Chama-se gramática ao conjunto de regras do código da língua. (Santos, 1982?)

Resultado do exame exaustivo e coerente de uma língua. (Back, 1972)

A gramática moderna é uma descrição da língua, enquanto a clássica era um catecismo da língua. (Mattos e Back, 1974)

A Gramática é a codificação dos fatos da língua para fins de interesse social. (Haüy, 1983)

Gramática tem aqui o significado de estudo de uma língua numa perspectiva sincrônica. (Mateus, 1983)

Gramática é o conjunto de regras que definem as combinações possíveis dos elementos léxicos de uma língua, assim como sua interpretação semântica e sua pronúncia. (Perini, 1989)

Das definições apresentadas, pode-se facilmente observar que ora a Gramática é uma **descrição** da língua, ora é um conjunto de regras e **normas** de bem falar e escrever. Na verdade a Gramática são as duas coisas, isto é, a Gramática não é uma coisa só. Mas os próprios gramáticos, na sua grande maioria, embaralham os dois conceitos, de modo a produzirem gramáticas um tanto descritivas e um tanto normativas, misturadamente. Este fato não teria maiores consequências, se não determinasse posições ambíguas, ou até equivocadas, quanto ao ensino da língua.

A **Gramática Descritiva** é o resultado da análise científica da língua. Para tanto, é necessária uma postura absolutamente neutra e científica por parte do linguista,

examinando todos os fatos e elementos da língua, exaurindo-os até o último, sempre dentro da mais rigorosa coerência que qualquer perquirição de caráter científico exige. Assim, o pesquisador não deverá considerar estranho nenhum fato ou elemento que ele venha descobrir, nem limitar-se a alguma nomenclatura, “oficial” ou não, nem submeter sua pesquisa a idéias preconcebidas.

A lingüística é a ciência da linguagem. Como ciência, não pode ser cerceada nem pela lei, nem pela autoridade, nem pela tradição, nem por tabus. A gramática descritiva é a lingüística especial de uma língua. Assim, a gramática descritiva do português atual é a lingüística especial sincrônica do português.

A **Gramática Normativa** é o conjunto de normas de falar e, por extensão, de escrever uma língua, segundo o uso mais geral. Cabe aos lingüistas fazer o levantamento dessas normas, observando atentamente o uso da linguagem por parte das pessoas de um país, abrangendo uma época, a fim de garantir a atualidade e a validade das normas. Não é um “catecismo” da língua, porque não impõe arbitrariamente normas a serem seguidas; antes, é um manual de boas maneiras de usar o código da linguagem. Como a língua é viva e dinâmica, embora este dinamismo não determine mudanças tão rápidas como em outros hábitos humanos, as regras que valem em uma época podem não ser válidas em outra. E compete ao gramático observar que a língua culta, não a literária, é a língua de uso geral, pois abrange o maior número de usuários. A língua culta é empregada pela ciência, pela religião, pela filosofia, pela política, pela economia, pelo jornalismo, e é difundida por todos os meios de comunicação, principalmente pela imprensa. Por isso, a língua culta mantém certa estabilidade por longos períodos e serve a vastas regiões como um denominador comum.

Segundo Brito e D’Angelis (1998), a atual onda perceptiva parece ser uma conservadora às novas propostas de ensino, particularmente àquelas produzidas pela universidade brasileira e incorporadas aos currículos das Secretarias de Educação de vários estados e nos parâmetros curriculares nacionais. Não é casual que os que tão veementemente denunciam os “maus-tratos cotidianos infligidos ao nosso idioma”, ignorem as pesquisas lingüísticas contemporâneas, particularmente aquelas que buscam descrever o funcionamento e a estrutura do português do Brasil, como o projeto da Gramática do Português Falado, levado adiante em seis estados brasileiros.

A insistência no ensino da gramática canônica articula-se com três noções que não se confirmam na análise das práticas sociais: a de que a ação normativa tem por finalidade evitar a corrupção e a degradação da língua nacional; a de que a chamada norma culta é própria de relações sociais formais, de modo que seu não domínio implica na exclusão do sujeito dessas situações; e a de que seu conhecimento garante o acesso a determinadas expressões superiores de cultura e informação.

O medo da degradação da língua nacional é consequência de uma concepção equivocada de como se dão os acordos lingüísticos. A unidade e a diversidade de uma língua decorrem do modo como as sociedades se organizam e repartem seus saberes e valores, particularmente os bens materiais, e estabelecem as relações sociais. Nem a unidade política da Espanha ou da França resulta de uma unidade lingüística, nem a unidade lingüística brasileira decorre da ação normativa. Enquanto produto das interações sociais e históricas, a língua prevalece ou se modifica em virtude de exigências pragmáticas e da história política e cultural de cada comunidade, não havendo razão objetiva para supor que a língua se desestruturará com o afrouxamento das amarras normativas. As regras, os estilos e os gêneros, assim como os dialetos e os jargões, constituem-se e sustentam-se independentemente da ação coercitiva da escola ou de outra instância pela simples razão de que são do interesse da sociedade. Objetivamente, os meios de comunicação de massa têm, ao contrário do que pensam alguns críticos, papel lingüístico unificador e muito maior do que têm os compêndios gramaticais.

Quanto à questão da exclusão, é preciso ter claro que ela não é lingüística, e sim sócio-histórica. Se não há erro lingüístico, como demonstram os estudos da sociolingüística, o que se costuma chamar de erro resulta da avaliação negativa que um falante, ou grupo de falantes, faz do que o outro diz. Como nas sociedades complexas há sempre mais de uma variedade com que os sujeitos interagem, a chamada norma culta, por ser a variedade lingüística dos segmentos mais favorecidos, tem maior prestígio e menos formas estigmatizadas, sendo, por isso, considerada mais “correta”.

Se se quer efetivamente modificar a situação de marginalização e exclusão de determinados segmentos sociais, é preciso assumir que não é o domínio da variedade culta que permite o acesso ao conhecimento; é, ao contrário, o acesso à cultura e informação que amplia o conhecimento lingüístico. Enfim, é preciso reconhecer que o preconceito contra as modalidades e as formas de expressão populares é consequência dos processos de exclusão e estigmatização sociais, e que o estudo da língua e da escrita deve necessariamente passar pela recusa de todo e qualquer preconceito lingüístico. Assim como não se admite dizer ao sujeito que deve mudar de cor ou de sexo para não sofrer preconceito e ter melhores oportunidades sociais e profissionais, não faz sentido usar o argumento do preconceito para justificar o privilégio de uma modalidade lingüística.

Bagno (2000) ainda acrescenta: se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país. Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles domina a norma culta. Só que a verdade está muito longe disso como bem sabemos, professores, a quem são pagos alguns dos salários mais obscenos de nossa sociedade. Por outro lado, um gran-

de fazendeiro que tenha apenas alguns poucos anos de estudo primário, mas que seja dono de milhares de cabeças de gado, de indústrias agrícolas e detentor de grande influência política em sua região vai poder falar à vontade sua língua de “caipira”, com todas as formas sintáticas consideradas “erradas” pela gramática tradicional, porque ninguém vai se atrever a corrigir seu modo de falar. (...) É preciso garantir, sim, a todos os brasileiros o reconhecimento (sem o tradicional julgamento de valor) da variação lingüística, porque o mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente. É preciso favorecer esse reconhecimento, mas também garantir o acesso à educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, à saúde e à habitação, ao transporte de boa qualidade, à vida digna de cidadão merecedor de todo respeito.

Castilho (1988) chama nossa atenção para alguns preconceitos que têm mantido seu vigor entre os professores de língua materna e contra os quais os professores precisam estar alertas ou pelo menos conscientes de que são atitudes que não são as únicas possíveis e/ou válidas.

Para o conceito de norma (culto ou padrão), Castilho propõe um sentido amplo e um sentido restrito. Em sentido amplo ela seria um fator de coesão social e corresponderia à necessidade que o grupo social tem de defender sua língua, seu instrumento de comunicação contra alterações que poderiam acontecer no momento de seu aprendizado, quando a criança tende a fazer “simplificações” do sistema lingüístico, ao utilizar formas analógicas do tipo de “eu sabo”, “eu fazi”, que representariam regularizações.

Em sentido restrito a norma corresponderia aos usos, atitudes e aspirações da classe social de prestígio de uma nação, em virtude de razões políticas, econômicas e culturais.

Para Travaglia (2000), a **competência gramatical** ou **lingüística** é a capacidade que tem todo usuário da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor) de gerar seqüências lingüísticas, isto é, consideradas por esses mesmos usuários como seqüências próprias e típicas da língua em questão. Aqui não entram julgamentos de valor, mas verifica-se tão-somente se a seqüência (orações, frases) é admissível, aceitável como uma construção da língua. Essa seqüência está ligada ao que Chomsky chamou de “criatividade lingüística”, que é a capacidade de, com base nas regras da língua, gerar um número infinito de frases gramaticais.

Pela democratização do ensino, que é uma necessidade e um grande bem, tiveram acesso a ele largas camadas da população antes marginalizadas. A democratização, ainda que falsa, trouxe em seu bojo outra clientela. De repente, não damos aula só para aqueles que pertencem a nosso grupo social. Representantes de outros grupos estão sentados nos bancos escolares. Cresceu espantosamente, de uns anos para cá, a população escolar brasileira. (GERALDI, Wanderley. 1991)

Enfim, todas as obras sobre didática do português apontam quais os objetivos a alcançar em cada grau de escolaridade. Entretanto, é ponto fundamental na atividade docente saber o que se quer, para nisso concentrar os esforços. Do contrário, estará o docente praticando um trabalho árduo para si e para seus alunos e, embora honesto, equivocado e insensato.

A primeira consideração a fazer é destacar que o estudo da língua materna nas escolas não é uma disciplina ou matéria como as demais. Não se aprende português como se aprende matemática, geografia, ciências ou informática. Isso não é nenhuma novidade, mas muitos professores de português parecem não levar a sério. Todavia ouçamos o lingüista Evanildo Bechara, citando a italiana Raffaele Simone:

A linguagem não é apenas uma ‘matéria’ escolar entre as outras, mas um dos fatores decisivos ao desenvolvimento integral do indivíduo e, seguramente, do cidadão. (Bechara, 1986)

Muitos outros já disseram a mesma coisa, em outros termos. Ouçamos os Drs. Geraldo Mattos Gomes dos Santos e Eurico Back;

A existência da comunicação é o ponto de partida do raciocínio humano e devemos considerá-la também a fonte de todas as ciências e de todas as artes. (Mattos; Back, 1977)

A *Gramática Brasileira da Língua Portuguesa*, de M. dos Santos, com muita propriedade, assim traduz a mesma afirmação:

A língua é um objeto da cultura e, ao mesmo tempo, o principal instrumento dela. Como a cultura representa a soma de todos os valores de uma comunidade, a língua, que retrata, é o meio de que dispomos para o conhecimento do mundo e da imagem que temos dele. (Santos, [1982?])

Desta maneira, procura-se aperfeiçoar no aluno (cidadão) o **ouvir-falar-ler-escrever** para que este possa pensar melhor, possa aprender melhor a geografia e as demais ciências, possa entender melhor o padre ou os mentores das religiões ou filosofias, possa negociar melhor, possa viver mais cooperativamente em sociedade, possa entender melhor as tendências políticas e econômicas, possa desfrutar dos esportes, do lazer e da arte com a intensidade que a sua evolução permitir. Isso vai infinitamente mais longe do que tentar saber os prosaicos “termos essenciais da oração”, ou a definição de interjeição ou decorar as incríveis listas de coletivos.

É preciso lembrar, ainda, que o aluno não vai à escola para aprender a linguagem coloquial, seria perder tempo e diminuir o interesse pelas atividades de aprendizado. O

aluno vai à escola para aperfeiçoar a linguagem culta, que é a linguagem que ele ainda não domina bem, a linguagem social, dos meios de comunicação, da ciência, da filosofia, da religião, da economia, da política, do jornalismo, da arte, a modalidade da linguagem, enfim, na qual foram vazados e acumulados quase todos os conhecimentos humanos no decorrer dos séculos. Isso nada tem a ver com a bitolada idéia de “linguagem das classes dominadas”, a dos ricos, em oposição à “linguagem das classes dominadas”, a dos trabalhadores.

A respeito da ortografia, deve-se ressaltar que ela também é um fator de distinção cultural entre as pessoas. A escrita não é a linguagem, mas um código dela derivado, hoje indispensável em qualquer comunidade. Chama-se ortografia à grafia oficial de uma língua. A ortografia brasileira da língua portuguesa depende de um preceito legal, mutável de acordo com o entendimento do governo. Por isso ela faz parte da gramática apenas indiretamente. A escrita declarada oficialmente como correta por um país faz parte do patrimônio cultural deste país. Seu conhecimento é obrigatório, portanto, e a escola tem o dever de ensiná-la.

Os cursos de terceiro grau têm objetivos específicos, conforme a área de conhecimento a que se destinam. Certamente seria estranho querer ensinar lingüística a futuros médicos, engenheiros, advogados. Só se isto for assunto de alguma especialização. Portanto, nesses cursos, nas aulas de português (se houver), os objetivos serão os mesmos do primeiro e segundo graus, apenas com o caráter de maturidade que de tais cursos se espera. Já nos cursos de graduação em Comunicação, e especialmente em Letras, os objetivos ampliam-se e especificam-se. É aí que cabe o estudo da lingüística, da **gramática descritiva**, da “gramática teórica”. Esse é um de seus campos específicos, talvez o mais importante. O relativo domínio da **gramática normativa** presume-se de todo estudante de graduação em Letras, já antes de ingressar no curso. Esse conhecimento é um objetivo específico do primeiro e segundo graus e já lhe foi (ou deveria ter sido) exigido no exame vestibular.

O curso de Letras é um complexo de disciplinas, cada uma com objetivos específicos, mas todas tendentes a um objetivo geral principal, que é a formação do professor de primeiro e segundo graus. Deverão tender a este objetivo tanto a lingüística geral diacrônica e sincrônica, como a lingüística especial sincrônica e diacrônica do português. É aí que se encaixam os estudos da gramática chamada descritiva.

Sobre este ponto, assim se manifestou Celso Pedro Luft, no livro *Língua e Liberdade*:

O lugar da Lingüística, antes de mais nada, é nos cursos de graduação e pós-graduação, onde é ministrada a futuros técnicos, pesquisadores, professores, autores de livros didáticos. Ensinar Lingüística no I e II Grau é uma insensatez. As teorias gramaticais estão em evolução constante, sua abordagem exige

maturidade mental, capa cidade de reflexão e abstração. (Luft, 1985)

Também Eurico Back e Geraldo Mattos, em sua *Gramática Construtural da Língua Portuguesa*, destinada ao curso superior, assim posicionaram seu tratado de gramática descritiva:

O nosso estudo, portanto, pertence ao campo da Lingüística Especial Sincrônica. O seu assunto é a língua portuguesa deste século, em sua modalidade adloquial. (Back; Mattos, 1972)

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após observarmos os inúmeros posicionamentos de gramáticos e lingüistas a respeito do ensino da língua materna, especificamente voltados para as questões da gramática, é preciso refletir não “combatendo” as gramáticas e os livros didáticos de português, mas sim, **distinguir o que se deve ensinar de gramática nas escolas e o que não se deve**. Distinguir as lições gramaticais que atingem os objetivos do ensino e as que não atingem. Neste ponto, é urgente entender o verdadeiro sentido da expressão: “*A gramática serve antes ao professor que ao aluno.*” (Mattos; Back, 1977).

As nossas gramáticas devem deixar de ser meras cópias de gramáticas do passado. Que se baseiem solidamente na ciência, coerentemente e exaustivamente. E os livros didáticos precisam distinguir quais conhecimentos gramaticais podem ou devem ser ensinados para o verdadeiro aprendizado da língua, para não desperdiçarem o precioso e curto tempo que os alunos passam em sala de aula.

Uma vez que a gramática normativa distingue o correto do incorreto em linguagem, é preciso cuidado por parte dos professores para não incutirem nos alunos a obsessão do erro, ao invés de ajudarem a liberar e aprimorar neles capacidade comunicativa. Este assunto tem merecido a atenção de muitos pesquisadores, autores de obras sobre didática do português, que merecem ser lidas pelos profissionais do ensino e levadas a sério.

Por nossas gramáticas tradicionais e nossos livros didáticos de português tratarem dos problemas gramaticais globalmente, sem distinguir o que seja **descrição lingüística** e o que seja **norma de bem falar e escrever**, fica realmente difícil para os professores, principalmente para os que não têm sólida formação didática e lingüística, decidirem o que devem ensinar, o que podem ensinar e o que não devem ensinar. Essa dificuldade foi muito bem apontada por Magda Becker Soares:

(...) Muitas vezes se confunde ‘gramática teórica’ ou ‘teorização gramatical’ com gramática normativa. No entanto, ensinar teoria gramatical e dar normas para o uso da língua são duas propostas bem diferentes que, muitas vezes, nossos compêndios tradicionais de gramática não distinguem. (Soares et al, 1979).

Então, uma operação que pode ser empregada por qualquer professor do ensino fundamental e médio ao encarar um assunto gramatical. Bastaria encarar seriamente esta indagação: **Isto é útil ou indispensável para que o aluno (= cidadão) se expresse melhor no seu uso da linguagem ou da escrita, ou entenda melhor o que os outros falam ou escrevem?** Se a resposta for **não**, certamente o professor estará diante de um assunto da gramática descritiva e este deve ser deixado de lado, sob pena de se estar perdendo o tempo do aluno e, portanto, prejudicando-o. Se a resposta for **sim**, o professor tem a obrigação de ensinar, observando criteriosamente a oportunidade para isso e os métodos pedagógicos mais eficientes. Por exemplo, saber o que é um “predicado” e se um “predicado” deve ser classificado como “verbal”, nominal ou outra coisa pior, é útil ou indispensável para que o cidadão se expresse melhor no seu uso da linguagem ou da escrita, ou entenda melhor o que outros falam ou escrevem? Basta ter um pouco de bom senso para responder que não. Portanto, este é um assunto de descrição lingüística. Não interessa ao ensino fundamental e médio.

Ainda deve ser lembrado que os atuais cursos de Pedagogia preparam professores para várias disciplinas dos cursos de Magistério, mas não preparam professores de português para aqueles cursos, pois carecem de competência legal e técnica para tanto. Também os supervisores, os coordenadores de área de língua materna e outros a quem se atribui a competência de resolver sobre objetivos, programas, planos de curso e atividades referentes ao ensino da língua materna, devem ter formação específica para isso.

Completando, Eurico Back comenta:

(...) não se ensina português, por desconhecimento dos objetivos do ensino e dos correspondentes procedimentos didáticos, ou porque os professores não aprenderam nos cursos de formação de professores ou porque jamais estiveram em escolas de professores (talvez a maioria das professoras primárias do Brasil, heroínas abnegadas, são 'leigas') e todo o ensino começa a pecar pela base: as quatro primeiras séries do primeiro grau e, muitas vezes, a alfabetização, a fase mais difícil, fica a cargo dos professores menos capacitados, não porque menos inteligente, mas porque não preparados ou mal preparados. (Back, 1987).

As disciplinas de Didática de Português e de Prática de Ensino de Português nas Faculdades e/ou Universidades de Letras, precisam de professores atentos aos avanços da lingüística e aos freqüentes alertas levantados por tantos no decorrer da história pedagógica do ensino da língua materna. Desses professores depende em grande parte o direcionamento do trabalho dos futuros educadores e do sucesso ou do fracasso de seus alunos. Que a prática de ensino seja uma verdadeira ocasião e/ou oportunidade de do-

tar o futuro professor de uma condição profissional sob todos os aspectos, e não reduza a um simulacro de estágio supervisionado, algumas vezes sem planejamento nem orientação, e infelizmente, pouco “supervisionado”.

Os professores devem procurar livrar-se dos preconceitos e tabus a que talvez se sujeitaram por tanto tempo, a respeito do assunto “gramática”. Elaborem seus planos de curso sob um prisma mais esclarecido e saibam interpretar devidamente os programas que lhe são sugeridos ou até impostos. Percebam, afinal, que ensinar a língua pátria a falantes nativos não é coisa “grave”, pelo contrário, não passa de uma brincadeira inteligente, de que os alunos têm prazer de participar, quando percebem o quanto isso é de vital importância para a sua auto-expressão, para a compreensão do mundo e para sua participação pessoal na sociedade.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACK, Eurico & MATTOS, Geraldo. (1972). *Gramática Construtural da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD.
- BAGNO, Marcos. (2000). *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. 4ª ed., São Paulo: Edições Loyola.
- BUENO, Francisco da Silveira. (1967). *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. 3ª ed., São Paulo: Saraiva.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. (1985). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GERALDI, J. Wanderley. (1999). *O Texto na Sala de Aula*. 3ª ed., São Paulo: Ática.
- LUFT, Celso Pedro. (1985). *Língua e Liberdade: Por uma nova concepção da Língua Materna*. 8ª ed., Porto Alegre: L&PM.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1997). *Contradições no Ensino de Português: A língua que se fala x A língua que se ensina*. 2ª ed., São Paulo: Contexto.
- MATTOS, Geraldo & BACK, Eurico. (1977). *Prática de Ensino da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD.
- PERINI, M. (1989). *Para uma nova Gramática do Português*. 4ª ed., São Paulo: Ática, 1989.
- _____. (2000). *Gramática Descritiva do Português*. 4ª ed., São Paulo: Ática.
- POSSENTI, Sírio. (2000). *Por que (não) ensinar gramática na escola*. 5ª ed., Campinas (SP): Mercado das Letras.
- TORRES, Artur de Almeida. (1967). *Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*. 19ª ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (2000). *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º Graus*. 5ª ed., São Paulo: Cortez.